

Exmº Comandante-Geral, é promovido ao posto de Guarda Principal, por antiguidade, o Guarda de Infantaria (2000782) António Marcelino Nunes Ferreira, desde 01 de janeiro de 2012, nos termos do artigo 119.º e alínea a) do artigo 256.º, ambos do EMGMR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 297/09 de 14 de outubro.

Tem direito ao vencimento pelo novo posto, desde o dia seguinte ao da publicação do presente despacho, no *Diário da República*, nos termos da alínea a) do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

04 de maio de 2015. — O Comandante do Comando da Administração dos Recursos Internos, *Carlos Alberto Baía Afonso*, Major-General.

208623393

Despacho n.º 5183/2015

Por meu despacho de 30 de abril de 2015, proferido no uso da competência delegada pelo Despacho n.º 323, de 17 de dezembro de 2014, do Ex.º Comandante-Geral, é promovido ao posto de Guarda Principal, por antiguidade, o Guarda de Infantaria (1990280) Júlio Dinis Fernandes do Carmo, desde 01 de janeiro de 2012, nos termos do artigo 119.º e alínea a) do artigo 256.º, ambos do EMGMR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 297/09 de 14 de outubro.

Tem direito ao vencimento pelo novo posto, desde o dia seguinte ao da publicação do presente despacho, no *Diário da República*, nos termos da alínea a) do n.º 8 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

4 de maio de 2015. — O Comandante do Comando da Administração dos Recursos Internos, *Carlos Alberto Baía Afonso*, Major-General.

208623271

Inspeção-Geral da Administração Interna

Despacho n.º 5184/2015

Por despacho da Inspetora-Geral da Administração Interna, de 9 de abril de 2015

Ao abrigo do disposto no artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, foi renovada, por um período de dois anos, contados a partir de 12 de junho de 2015, a designação do técnico de informática do grau 3, nível 2, Fernando António Pinto da Silva, para o exercício de funções de coordenador técnico da área de informática do mapa de pessoal da Inspeção-Geral da Administração Interna.

A designação não carece de visto do Tribunal de Contas.

23 de abril de 2015. — A Inspetora-Geral da Administração Interna, *Margarida Blasco*.

208623433

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Despacho (extrato) n.º 5185/2015

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum para o preenchimento de dois postos de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico, do mapa de pessoal da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, aberto pelo aviso n.º 4181/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 61, de 27 de março de 2014, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a trabalhadora a seguir indicada:

Nome	PR	NR	Efeitos
Ana Lisete Macedo Teixeira da Silva. . .	1.ª	5	1-04-2015

4 de maio de 2015. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

208620103

Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.

Aviso n.º 5457/2015

Faz-se público que o concurso interno de ingresso aberto pelo aviso n.º 10260/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de

14 de agosto, destinado à ocupação de um posto de trabalho na categoria de técnico ajudante de 2.ª classe de medicina legal, da carreira não revista de técnico ajudante de medicina legal, para exercer atividade no Gabinete Médico-Legal e Forense do Cávado, deve considerar-se deserto dada a inexistência de candidatos.

10 de abril de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

208619376

Aviso n.º 5458/2015

Para cumprimento da alínea d), n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que a Lic. Maria Isabel Viegas Galvão Casella Maltez, interna do internato médico de medicina legal, em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, cessou a sua relação jurídica de emprego público, por denúncia de contrato, com efeitos a 8 de maio de 2014.

4 de maio de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

208619002

Deliberação (extrato) n.º 846/2015

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.), em sessão de 7 de março de 2014:

Mestre João Miguel Gouveia Franco, assessor de medicina legal — designado, em regime de substituição, para o cargo de Diretor do Serviço de Química e Toxicologia Forenses, nos termos do disposto no artigo 27.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e do n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, na observância dos requisitos legais exigidos para o provimento no cargo, e considerando o preenchimento do respetivo condicionalismo legal e a detenção do perfil, experiência e aptidão técnica necessários para o exercício das funções inerentes ao referido cargo, conforme síntese curricular anexa.

A presente deliberação produz efeitos a partir de 1 de março de 2014.

O dirigente ora designado pode optar pelo vencimento de origem, em conformidade com o disposto no n.º 7 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho e no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

(Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas)

4 de maio de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

Nota Curricular

Dados pessoais:

Nome: João Miguel Gouveia Franco

Nacionalidade: Portuguesa

Data de nascimento: 25 de dezembro de 1965

Habilitações académicas:

Licenciado em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa e mestre em Medicina Legal e Ciências Forenses pela Faculdade de Medicina da mesma Universidade.

Experiência profissional:

Exerceu, a partir de 1992 e no Serviço de Toxicologia Forense (STF) do então Instituto de Medicina Legal de Lisboa, as funções de especialista superior de medicina legal. A partir de 2002 passou a desempenhar, no STF da delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML), os cargos de Responsável Técnico e da Qualidade. Neste âmbito desenvolveu um sistema de gestão da qualidade (SGQ) cuja implementação viria a permitir, no final de 2006, a acreditação do STF pelo Instituto Português de Acreditação de acordo com o referencial da norma NP EN ISO/IEC 17025 (Requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração). Mais tarde colaborou ativamente na implementação de SGQ noutros serviços técnicos da instituição, o que viria a permitir a acreditação de outros laboratórios de toxicologia forense e também de genética e biologia forenses.

Entre 2009 e 2012 exerceu as funções de diretor do STF da delegação do Centro do INML, altura em que regressou a Lisboa para exercer o cargo de coordenador da garantia da qualidade do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses. Ao longo da sua carreira exerceu